CONCURSO NACIONAL DE IDEIAS

REQUALIFICAÇÃO DE LARGOS NO PELOURINHO

TEREZA BAPTISTA, PEDRO ARCHANJO E QUINCAS BERRO D'ÁGUA

CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

Histórico do Centro Histórico de Salvador e das Intervenções nele Realizadas

Paulo Ormindo de Azevedo
Professor Titular Aposentado da UFBA
Conselheiro Federal do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-BR)

O Centro Histórico de Salvador, mais conhecido pelo seu principal espaço público, o Pelourinho, foi um dos primeiros conjuntos urbanos Latino-Americanos a contar com uma politica de preservação a partir de 1967. Durante a primeira metade do século XX Salvador viveu uma grande depressão em consequência da falência da agroindústria açucareira que se refletiria fortemente em seu Centro Histórico, habitat tradicional daquela aristocracia. Para complicar, um delegado de polícia manda confinar no Maciel as prostitutas de toda a cidade criando um estigma para o bairro.

A politica de preservação passou nos últimos 45 anos por diferentes fases e orientações em função das mudanças governamentais e disponibilidade de recursos. É importante esclarecer que a inauguração dessa politica coincidiu com uma profunda reforma urbana – abertura de avenidas de vale, criação do Centro Administrativo da Bahia e do novo centro comercial do Iguatemi - , que provocaria um enorme impacto na centralidade de Salvador, ambas intervenções promovidas pelo Governo Estadual com escassa participação do Governo Municipal.

Embora com variações, durante todo esse período prevaleceu a tônica de transformação do Pelourinho em um produto de turismo cultural, tese defendida, na época, pela UNESCO e OEA. Esta ultima chegou mesmo a codificar as ações que deveriam ser adotadas em todo o continente, com as Normas de Quito, inspiradas na experiência de reconstrução europeia no pós-II Guerra e na globalização da indústria turística. As primeiras medidas adotadas seguiram recomendações feitas pelos relatórios de dois técnicos da UNESCO, Michel Parent e Graeme Shankland, e um da OEA, Carlos Flores Marini: criação de uma fundação para gerir o C.H., instalação de um hotel Pelourinho, criação da Escola de Hotelaria do SENAC, instalação de agencia bancaria do BANEB e recuperação externa de dois polos de desenvolvimento turístico: Terreiro de Jesus e Pelourinho, obras financiadas exclusivamente pelo Governo do Estado.

Mas não foi seguida a recomendação de aquisição de imóveis arruinados ou deteriorados, sua recuperação e venda no mercado como modo de financiar a continuidade do projeto. Isto porque provocaria um grande impacto na estrutura fundiária do bairro dominada por propriedades de famílias tradicionais baianas e irmandades religiosas. Essa politica se adotada teria conduzido a recuperação física, mas com "gentrificação" do bairro. Por outro lado, setores progressistas da sociedade cobravam a criação de programas sociais de atenção aos moradores locais. De qualquer modo, o projeto não teve grande sucesso e dificuldades financeiras travavam seu desenvolvimento.

Uma segunda fase do projeto foi inaugurada em 1973, com a criação do Programa das Cidades Históricas do Nordeste - PCH, do Ministério do Planejamento/IPHAN que passou a oferecer linhas de financiamento para projetos de restauração de monumentos e requalificação de ares de interesse cultural. Com esses recursos foram restaurados monumentos religiosos, convertidos conventos, solares e sobrados em museus e equipamentos de saúde, educação e creches e a instalação da Pousada do Carmo. Foi feita ainda a recuperação das fachadas de um corredor turístico ligando o Terreiro de Jesus, o Pelourinho e o Largo do Carmo

Com a crise econômica da década de 1980, encerramento do PCH e rompimento do novo governador com o anterior, que havia iniciado o projeto, começa em 1982 uma terceira fase do projeto. As escolas, creches e postos de saúde são transferidos para as secretarias estaduais respectivas, os dois maiores hotéis do bairro fecham as portas e os investimentos baixaram praticamente a zero. O novo governo eleito em 1987 se dá conta da insustentabilidade do projeto e muda conceitualmente o enfoque do projeto. Passa a considerar a área como um bairro, contemplando a habitação e serviços corelatos. Mas sem recursos para sua implementação, o projeto mais uma vez é parado.

Diante do retorno ao estado ruinoso do bairro, a Prefeitura de Salvador assume pela primeira vez interesse pela recuperação da área, com assistência de Lina Bo Bardi, estabilizando ruinas, renovando a infraestrutura, fazendo a recuperação com novas tecnologias de algumas casas e instalando equipamentos culturais, como a Casa do Benin e a sede do Olodum. Mas essas ações municipais não tiveram continuidade.

A iniciativa privada nunca se sensibilizou pelo projeto nem a classe media voltou a frequentar o Pelourinho, não obstante um intenso programa de animação cultural. Mas a comunidade negra, que tinha com a irmandade e igreja do Rosário dos Pretos, com escolas de capoeira e blocos e carnaval presença marcante no bairro intensificam suas atividades com o movimento Axé Music de repercussão nacional e internacional, durante a década de 80 do século passado.

Uma quarta fase se inicia em 1991, com o retorno do Governador Antonio Carlos Magalhães ao poder, que procura resgatar a promessa de requalificar o bairro, ainda como prefeito da cidade, em 1967. Mas agora a inspiração é transformar o Pelourinho em uma peça de marketing urbano e politico visando sua projeção no plano nacional. Esta ação estava muito apoiada no sucesso do Axé Music que havia atraído músicos como Jimmy Clift, Paul Simon e Michael Jackson. A ideia era transformar o bairro em um shopping center a céu aberto.

Embora inicialmente se contemplasse a presença de habitações nos andares superiores dos sobrados, durante as obras, que contemplou 334 sobrados, se eliminou esta possibilidade e foram expulsos 1.154 moradores. Com eles a cultura imaterial do bairro se perdeu. Na verdade, a maioria desses moradores permaneceu na periferia do Pelourinho em piores condições, engrossando as favelas da Rocinha, da Ladeira do Pilar e os cortiços existentes na Sé, em Santo Antonio Além do Carmo, Pilar, Baixa dos Sapateiros, Palma e Saúde espalhando a deterioração social como mancha de óleo nos bairros vizinhos.

Com essa politica, os grandes beneficiados foram os proprietários dos imóveis que tiveram seus sobrados desocupados e restaurados pelo Estado, através de comodatos de dez anos, a maioria dos quais já caducou. A realização das obras sem contrapartida dos proprietários e da Prefeitura acabou desencorajando-os a investirem, na medida em que se eles não faziam o Estado fazia por conta própria, sem nenhum ônus para eles.

Como shopping center turístico ele também não funcionou. Um censo socioeconômico de 1996 revelou que 76% dos visitantes do Pelourinho eram da área central da cidade ou de bairros periféricos da região metropolitana e apenas 21% eram turistas. Houve, portanto, uma reapropriação do bairro pelas camadas mais pobres, não mais como moradores, senão como ambulantes e prestadores de serviços. Apesar do fracasso econômico do projeto, o Governo do Estado decidiu manter o custoso programa de animação cultural porque eleitoralmente era vantajoso.

Duas novas etapas do projeto (5 e 6), realizadas a partir de 1995, contemplaram 184 imóveis dispersos em todo o C.H. Mas uma nova mudança conceitual ocorreu em 2003. Cansado de investir sem retorno, o Governo do Estado busca apoio do Governo Federal, através do Projeto Monumenta, e da UNESCO. Estes dois órgãos exigem que nessa última etapa (7) o projeto contemplasse habitações e lojas não necessariamente para o turismo. Foi então elaborado um projeto prevendo intervir em 86 edificações, criando 300 apartamentos, 65 lojas e 200 vagas de carros, entre a Ladeira da Praça e a Rua do Saldanha.

Para realização das obras seria necessário deslocar os moradores. Alguns preferiram receber uma indenização, 24 famílias preferiram receber imóveis em conjuntos habitacionais e outras 103 solicitaram ao Ministério Publico retornar para suas moradas depois de recuperadas. As obras pararam, a questão rolou anos na Justiça e as 103 famílias ganharam. O projeto teve que ser revisto. Até hoje as lojas e os apartamentos não foram concluídos.

Em 2006 assume o Governo do Estado da Bahia um grupo antagônico àquele que dominou a política baiana por 40 anos e tenta dar outro encaminhamento ao Projeto Pelourinho. A primeira medida foi ampliar a área de atuação do projeto incluindo bairros periféricos onde se refugiaram aqueles que haviam sido expulsos do Pelourinho. Para gerir este C.H. ampliado foi criado o Escritório de Referencia do Centro Antigo, que procura coordenar a ação dos três níveis de poder - federal, estadual e municipal – de forma coerente. É dentro desta nova óptica que é realizado o Concurso Nacional de Idéias de Requalificação dos Largos do Pelourinho: Tereza Batista, Pedro Arcanjo e Quincas Berro D'água.

Referências

AZEVEDO, Paulo Ormindo, "O Caso Pelourinho" in ARANTES, Antonio, Produzindo o Passado. São Paulo: Brasiliense/Condephaat, 1984

————"Bahia, hacia a la recuperación de un centro histórico subdesarrollado" in SOLANO, Francisco, Historia y futuro de la ciudad iberoamericana. Madrid: Universidad Menendez Pelayo, 1986.

————"Aprendiendo con Bahia" in Seminario Internacional sobre la conservación de bienes culturales en el contexto del medio ambiente urbano. Quito: Municipalidad de Quito, INCE, The Getty C. Institute, PNUD/UNESCO, 1992.

————"El Pelourinho de Bahia, cuatro décadas después" in/ Revista Iconos nº 20, sept. 2004. Quito: FLACSO, Sede Ecuador, pp. 45-52.

BAHIA, Secretaria da Indústria, Comercio e Turismo. Inventario de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. V. 1, Monumentos do Município de Salvador, Coord. Paulo Ormindo de Azevedo. Salvador: SICT, 1984.

COUTO, A. "O Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador" in Bahia: Patrimônio da Humanidade. São Paulo: Horizonte Geográfico, 1995.

GOMES, M.A. (coord.) Pelo Pelô: historia cultura e cidade. Salvador: Edufba, 1995.

HARDOY, J y GUTMAN, M. Impacto de la Urbanización en los Centros Históricos Iberoamericanos. Madrid: Mapfre, 1992.

MATTOS, W. Evolução histórica e cultural do Pelourinho. Salvador:

SENAC, 1978.

SANT'ANNA, M. "El centro histórico de Salvador: paisaje, espacio urbano y patrimonio", in CARRIÓN, Fernando (Ed.) Centros Históricos de América Latina y el Caribe. Quito: UNESCO, BID, FLACSO Sede Ecuador, 2001.

VASCONCELOS, P., Salvador: transformações e permanências (1549 -1999). Ilheus: Unversidade Federal de Santa Cruz, 2002.